

RIQUEZA, DESIGUALDADE E POBREZA NO BRASIL:

ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS DAS REGIÕES BRASILEIRAS



Michele Lins Aracaty e Silva
(Organizadora)



RIQUEZA, DESIGUALDADE E POBREZA NO BRASIL:

ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS DAS REGIÕES BRASILEIRAS



Michele Lins Aracaty e Silva
(Organizadora)



Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecário

Maurício Amormino Júnior

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremona

Karine de Lima Wisniewski

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena

Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena

Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

A Atena Editora não se responsabiliza por eventuais mudanças ocorridas nos endereços convencionais ou eletrônicos citados nesta obra.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves -Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande

Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília

Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior

Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo

Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará

Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco

Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal

Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba

Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão

Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo

Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana

Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí

Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo

Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Riqueza, desigualdade e pobreza no Brasil: aspectos socioeconômicos das
regiões brasileiras

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecário Maurício Amormino Júnior
Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: David Emanuel Freitas
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizadora: Michele Lins Aracaty e Silva

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

R594 Riqueza, desigualdade e pobreza no Brasil [recurso eletrônico] : aspectos socioeconômicos das regiões brasileiras / Organizadora Michele Lins Aracaty e Silva. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

ISBN 978-65-5706-412-2 (PDF)

ISBN 978-65-5706-414-6 (Brochura)

DOI 10.22533/at.ed.146202109

1. Pobreza – Brasil. 2. Brasil – Condições sociais. 3. Renda – Distribuição – Brasil. I. Silva, Michele Lins Aracaty e.

CDD 339.460981

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

É com muita alegria e satisfação que apresentamos esta obra intitulada: **RIQUEZA, DESIGUALDADE E POBREZA NO BRASIL: Aspectos Socioeconômicos das Regiões Brasileiras**, composta por cinco trabalhos oriundos de pesquisas desenvolvidas através do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC da Universidade Federal do Amazonas – UFAM referente ao Edital 2019/2020. Tais trabalhos foram desenvolvidos pelas acadêmicas do Curso de Graduação em Ciências Econômicas da Universidade Federal do Amazonas – UFAM: Ana Beatriz Martins de Souza, Francilene da Silva Franco, Jackelyne Evellyn de Sales Assunção, Laiza Eduarda Santos Carvalho da Silva e Taisa Morais Rolim.

Este grupo de trabalhos que teve como abrangência as cinco macrorregiões econômicas brasileiras foram motivados após a leitura do livro “Geografia da Fome”, lançado em 1946 por Josué Apolônio de Castro, mais conhecido por Josué de Castro. Na obra, partindo da análise da fome, como tema central, o autor alerta para outros problemas: pobreza, extrema pobreza, miséria, questão ecológica, desigualdades sociais e reforma agrária.

“Geografia da Fome” constitui-se por ser uma obra rica em detalhes e que alertou o mundo e o Brasil para a problemática da fome visto não considerar esta apenas no seu aspecto biológico, mas também em relação aos aspectos econômicos, políticos, geográficos e sociais não limitando-se a apresentar ou realizar um diagnóstico, mas fazendo frente à luta pela erradicação deste problema à nível mundial.

Dada a importância histórica e contribuição incontestável da obra para despertar a necessidade de compromissos internacionais e ações integradas para o combate à fome. No ano de 1951, Josué de Castro foi convidado para se tornar presidente do Conselho Executivo da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura – FAO, a qual constitui uma agência das Nações Unidas – ONU que lidera esforços para erradicação da fome e combate à pobreza no mundo por meio da melhoria da segurança alimentar e do desenvolvimento agrícola.

Em todos os artigos aqui apresentados iremos discutir aspectos referentes à Fome e à Vulnerabilidade Social. Trataremos a Vulnerabilidade Social, não apenas na questão econômica, pois sabemos que esta população que enfrenta cotidianamente a fome e que se encontra em condição de pobreza ou extrema pobreza concentra-se em localidades as quais apresentam menor cobertura de abastecimento de água potável, insuficiente ou inexistente sistema de esgotamento sanitário, ausência de coleta de lixo, Renda per Capita inferior a meio salário mínimo, elevado índice de mortalidade infantil, número expressivo de crianças e adolescentes que não frequentam a escola, elevado número de mulheres jovens

com filhos, elevado percentual de mulheres responsáveis pela renda familiar e chefes de família, elevada taxa de analfabetismo, número significativo de adultos que não trabalham e nem estudam, fazem parte do percentual da população que encontram-se em situação de desemprego e dependem quase que integralmente de auxílio de Programas de Transferência de Renda para sobreviverem.

Assim, cada capítulo representa um trabalho tendo participação de uma aluna, e sua orientadora e corresponde a uma pesquisa que teve duração de 12 meses. Vale ressaltar que, cada capítulo corresponde a um trabalho completo com a seguinte estrutura: Resumo, Introdução, Revisão da Literatura, Aspectos Metodológicos, Análise de Dados e Resultados, Conclusões e Recomendações, seguido das Referências que foram utilizadas para a construção do texto. Dessa forma, cada capítulo apresenta-se independente, mas de certa forma interligado pois juntos farão uma análise de todas as regiões brasileiras.

Organizado dessa forma, possibilita ao leitor guiar-se através do sumário e ler cada capítulo de forma separada e na ordem que desejar ou for mais conveniente. Assim, o sumário descreverá a ordem como os capítulos estão divididos, o título de cada um deles bem como a página inicial.

Os cinco artigos aqui apresentados foram divididos, como já adiantamos, por macrorregiões econômicas (Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sul e Sudeste) onde foi possível analisar os indicadores regionais. Nesta mesma obra, temos um artigo que concentra a sua análise na Região Metropolitana da Manaus – RMM dada a sua importância e especificidade.

Em cada um dos artigos foi possível, analisar os indicadores socioeconômicos: Índice de Vulnerabilidade Social – IVS, Índice de Desenvolvimento Humano – IDH, Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDH, Renda Per Capita, Índice de Gini, Pobreza, Extrema Pobreza, Fome, Taxa de Prosperidade Social, Insegurança Alimentar, Taxa de Desocupação e Dependência dos Programas de Transferência de Renda. Tendo como base os dados disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA e Organização das Nações Unidas – ONU.

No primeiro capítulo, a pesquisadora Ana Beatriz Martins de Souza analisou os indicadores de vulnerabilidade social referentes à população residente na Região Metropolitana de Manaus – RMM, sendo a região metropolitana brasileira mais jovem, mas que apresenta elevados indicadores de vulnerabilidade e inúmeros problemas estruturais tais como: pobreza, extrema pobreza, miséria, fome, ausência ou ineficiência de saneamento básico, esgotamento sanitário, água tratada, moradias inadequadas, dentre outros problemas que são característicos de regiões vulneráveis. Tal artigo, propunha analisar a vulnerabilidade da população da RMM, com base nos principais indicadores que compõem o IVS e seu comparativo com

o IDHM, a Taxa de Prosperidade Social e seu impacto do modelo Zona Franca de Manaus, bem como a contribuição do modelo para a redução da vulnerabilidade social nos municípios que compõem a região metropolitana. O capítulo é intitulado: Vulnerabilidade Social da População Residente na Região Metropolitana de Manaus.

No segundo capítulo, que tem como título: A Floresta Rica, População Pobre: Fome e Pobreza na Região Norte do Brasil, a pesquisadora Francilene da Silva Franco tendo a Região Norte como objeto de estudo, propõe um desafio reflexivo ao leitor ao expor o dilema de se ter num mesmo ambiente uma floresta rica em biodiversidade, riquezas minerais, abundância de água doce, dentre outras riquezas somente encontradas na Amazônia e ao mesmo tempo ter uma população que vive às margens da pobreza, passa fome e convive num ambiente com insuficiência de infraestrutura básica. Para tanto, a pesquisa se propunha analisar a vulnerabilidade socioeconômica, a fome e a pobreza da população residente na Região Norte, levantar os principais indicadores que compõem o IVS, analisar a pobreza e a extrema pobreza da população com base no Mapa da Fome, bem como analisar o Risco Alimentar e a Taxa de Prosperidade Social regional, com o uso do IDHM, Índice de Gini, Renda Per Capita, Taxa de Desocupação e Dependência dos Programas de Transferência de Renda.

No capítulo seguinte, intitulado, Pobreza e Vulnerabilidade Socioeconômica na Região Nordeste do Brasil, a pesquisadora Laiza Eduarda Santos Carvalho da Silva tendo a Região Nordeste do Brasil historicamente mais vulnerável, como objeto de estudo, focou a sua análise na vulnerabilidade socioeconômica, a fome e a pobreza da população regional com base no levantamento de indicadores socioeconômicos (IVS, IDHM, Renda Per Capita, Índice de Gini) e análise das políticas públicas que visam a redução da vulnerabilidade socioeconômica e a pobreza da população nordestina.

No capítulo seguinte, a pesquisadora Taisa Morais Rolim teve como objeto de sua análise a Região Centro-Oeste e seus contrastes por se tratar de uma região de exploração recente, mas que concentra as suas atividades na atividade primária, ou seja, na agricultura, tendo como principal atividade o agronegócio, produção de soja, milho e criação de gado bovino de corte, dentre outras culturas ligadas à terra. O capítulo apresenta como título: Riqueza, Desigualdade e Pobreza no Brasil: O Caso da Região Centro-Oeste brasileira. Ao longo da pesquisa, a autora se realizou sua análise com base nos indicadores de pobreza, desigualdade e vulnerabilidade socioeconômica, com base no IVS e no Mapa da Fome, além de levantar as políticas públicas implementadas na região para o combate à pobreza e desigualdade socioeconômica e teve uma preocupação peculiar em olhar para o esforço regional para a implementação de políticas de redução da concentração de renda e inclusão produtiva rural com desenvolvimento sustentável através de ações

ligadas à agricultura familiar.

No último capítulo, a pesquisadora Jackelyne Evellyn de Sales Assunção tinha como desafio a análise das duas regiões economicamente mais desenvolvidas do país, Sudeste e Sul. Regiões com maior participação no Produto Interno Bruto – PIB e concentradoras da maior parte da população brasileira, constituem regiões com caráter de ocupação urbana. Apesar de serem regiões ricas nota-se uma expressiva concentração de renda, elevados indicadores de vulnerabilidade, os menores indicadores de desenvolvimento humano e os melhores índices de desigualdade. O capítulo, foi intitulado: Pobreza do Brasil: A Situação da Pobreza e Desigualdade nas Regiões Sul e Sudeste do Brasil, e apresentou como principal objetivo: analisar a vulnerabilidade socioeconômica, a fome e a pobreza e a desigualdade da população residente nas Regiões Sul e Sudeste do Brasil, com base nos indicadores de vulnerabilidade socioeconômica e no Mapa da Fome de forma a verificar o risco alimentar e a taxa de prosperidade social regional.

Nosso principal objetivo em produzir esta obra se alicerça na condição de compartilhar nossos conhecimentos e trabalhos de forma que estes possam ser utilizados por outros pesquisadores, alunos, professores e demais interessados nas áreas e assuntos abordados neste livro.

Também temos a ambição de possibilitar aos alunos participantes de projetos de pesquisa e extensão a satisfação de ver o seu trabalho, fruto de esforço e dedicação, ser publicado. Proporcionado a este aluno a alegria de ter a sua pesquisa como fonte para novas pesquisas. Ademais, a publicação de um trabalho constitui um marco na carreira acadêmica e quem sabe possa influenciá-lo para que no futuro este se engaje em novas pesquisas.

Este e-book assim como os outros trabalhos dos demais grupos de pesquisa o qual temos a honra de integrar terá o seu acesso livre para pesquisa e leitura de forma a ser um objeto de compartilhamento de informação e conhecimento agregado acerca dos temas aqui abordados.

Esperamos que os artigos aqui publicados possam contribuir para a seu crescimento acadêmico e profissional dos interessados, ficamos abertos às sugestões e observações que nos forem destinadas.

Desejamos a todos uma excelente leitura e reflexão acerca dos artigos aqui compartilhados.

Michele Lins Aracaty e Silva

"O primeiro direito de um homem é o de não passar fome!"

Josué de Castro

(1908-1973)

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
VULNERABILIDADE SOCIAL DA POPULAÇÃO RESIDENTE NA REGIÃO METROPOLITANA DE MANAUS	
Michele Lins Aracaty e Silva	
Ana Beatriz Martins de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.1462021091	
CAPÍTULO 2	23
A FLORESTA RICA, POPULAÇÃO POBRE: FOME E POBREZA NA REGIÃO NORTE DO BRASIL	
Michele Lins Aracaty e Silva	
Francilene da Silva Franco	
DOI 10.22533/at.ed.1462021092	
CAPÍTULO 3	43
POBREZA E VULNERABILIDADE SOCIOECONÔMICA NA REGIÃO NORDESTE DO BRASIL	
Michele Lins Aracaty e Silva	
Laiza Eduarda Santos Carvalho da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.1462021093	
CAPÍTULO 4	62
RIQUEZA, DESIGUALDADE E POBREZA NO BRASIL: O CASO DA REGIÃO CENTRO-OESTE BRASILEIRA	
Michele Lins Aracaty e Silva	
Taisa Morais Rolim	
DOI 10.22533/at.ed.1462021094	
CAPÍTULO 5	82
POBREZA DO BRASIL: A SITUAÇÃO DA POBREZA E DESIGUALDADE NAS REGIÕES SUL E SUDESTE DO BRASIL	
Michele Lins Aracaty e Silva	
Jackelyne Evellyn de Sales Assunção	
DOI 10.22533/at.ed.1462021095	
SOBRE A ORGANIZADORA	106

CAPÍTULO 1

VULNERABILIDADE SOCIAL DA POPULAÇÃO RESIDENTE NA REGIÃO METROPOLITANA DE MANAUS

Data de aceite: 01/08/2020

Michele Lins Aracaty e Silva

Doutora em Desenvolvimento Regional, Economia e Meio Ambiente pela Universidade de Santa Cruz do Sul - (UNISC)
Mestre em Desenvolvimento Regional pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM)
Economista. Docente do Departamento de Economia e Análise da FES/ UFAM
e-mail: michelearacaty@ufam.edu.br
<http://lattes.cnpq.br/9852711626925841>
<https://orcid.org/0000-0002-8939-3220>

Ana Beatriz Martins de Souza

Discente do Curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Amazonas (UFAM)
e-mail: souzaanabeatriz2605@gmail.com
<http://lattes.cnpq.br/8022425984486639>
<https://orcid.org/0000-0002-4442.6914>

RESUMO: Historicamente, o Brasil passou por transformações em decorrência do aumento populacional e da urbanização das cidades ocasionando a necessidade de planejamentos governamentais para o gerenciamento dos recursos públicos com o objetivo de implementar ações para atender aos anseios das populações que residem nestas regiões metropolitanas, caso da Região Metropolitana de Manaus – RMM. Para tanto, analisaremos a vulnerabilidade da população da RMM, com base nos principais indicadores que compõem o IVS e seu comparativo com o IDHM, bem como a Taxa de Prosperidade Social e seu impacto do modelo Zona Franca de Manaus e a contribuição desta

para a redução da vulnerabilidade social. Para tanto, fez-se uso de pesquisa qualitativa, descritiva e exploratória com o uso de fontes de dados de cunho secundário, de origem bibliográfica e documental, analisando o IVS e o IDHM da RMM tendo como base o IPEA e ONU, (2000 e 2010). Para a análise, fez-se uso da análise de conteúdo com base em observações. Observou-se que no ano 2000 o IVS da RMM era classificado como MUITO ALTA vulnerabilidade social, e em 2010, classificada como de ALTA vulnerabilidade. Por ser uma RM com características peculiares, observa-se muitas fragilidades no que tange principalmente a desigualdade municipais, ora dependentes da capital que se destaca pelo PIM. Faz-se necessário a implementação de políticas que minimizem a desigualdade entre os municípios integrantes da RMM, cabendo aos gestores o desafio de construir o planejamento com o objetivo de reduzir o abismo social e melhorar a qualidade de vida da população.

PALAVRAS-CHAVE: Vulnerabilidade Social, IVS, IDHM, RMM.

INTRODUÇÃO

Nos últimos 50 anos, o Brasil passou por inúmeras transformações em decorrência do aumento populacional e a urbanização das cidades o que ocasionou a necessidade de planejamentos governamentais para a correto gerenciamento dos recursos públicos. Para solucionar os problemas e desafios ocasionados pela complexidade do fenômeno urbano, a Constituição Federal prevê a possibilidade

de os Estados instituírem “Regiões Metropolitanas”, com o objetivo de integrar o planejamento e a execução das funções públicas de interesse comum.

Nesse contexto, surge a Região Metropolitana de Manaus (RMM), que possui características peculiares se comparada às primeiras surgidas na década de 1970, por não se igualar àquelas quanto à intensidade de fluxos entre as cidades. Por isso, para direcionar as políticas públicas de acordo com as necessidades dessa região metropolitana, além de medir a qualidade de vida da população, os índices surgem como uma ferramenta indispensável. Sendo assim, para fazer uma análise da vulnerabilidade na RMM, usaremos o Índice de Vulnerabilidade Social - IVS.

No ano de 2000, o Instituto de Pesquisa Aplicada – IPEA, órgão do governo federal lançou o Índice de Vulnerabilidade Social – IVS que constitui um indicado genuinamente brasileiro que visa ampliar as dimensões já estudadas pelo IDH (renda, saúde e educação) da ONU. Enquanto o IDH aponta para a disponibilidade de recursos e condições necessárias para o alcance de um patamar mínimo de bem-estar pelas populações, o IVS, ao contrário, denuncia a ausência ou insuficiência destes recursos e condições, no mesmo território. Nosso estudo tomará como base os indicadores do IVS e suas dimensões para analisar as condições socioeconômicas da Região Metropolitana de Manaus – RMM. Além disso, faremos um comparativo entre o IDH e o IVS, observando como os seus indicadores têm se comportado ao longo do tempo, posteriormente, analisaremos os resultados da taxa de Prosperidade Social, mostrando o desenvolvimento da região.

Para tanto, fez-se uso de pesquisa qualitativa, descritiva e exploratória com o uso de fontes de dados de cunho secundário, de origem bibliográfica e documental, analisando o IVS e o IDHM da RMM tendo como base o IPEA e ONU. Para a análise, fez-se uso da análise de conteúdo com base em observações.

Verificamos a situação da Região Metropolitana de Manaus - RMM, no que tange os anos de 2000 e 2010. No geral, nota-se uma melhora tanto no IVS da RMM, bem como em cada uma das suas dimensões. Além disso, identificamos a ocorrência de uma Prosperidade Social, ou seja, um aumento do IDHM e uma diminuição do IVS. Observou-se que no ano 2000 o IVS da RMM era classificado como MUITO ALTA vulnerabilidade social, já no ano de 2010, classificada como de ALTA vulnerabilidade.

Por ser uma RM com características peculiares, observa-se muitas fragilidades no que tange principalmente a desigualdade municipais, ora dependentes da capital que se destaca pelo PIM. Faz-se necessário a implementação de políticas que minimizem a desigualdade entre os municípios integrantes da RMM, cabendo aos gestores o desafio de construir o planejamento com o objetivo de reduzir o abismo social e melhorar a qualidade de vida da população.

Assim, este artigo encontra-se dividido em: Introdução, seguido da Revisão

da Literatura, Aspectos Metodológicos, Análise de Dados e Resultados, Conclusões e Recomendações e Referências.

REVISÃO DA LITERATURA

Região Metropolitana de Manaus - RMM

Para analisar as principais características e vulnerabilidades da Região Metropolitana de Manaus - RMM, é necessário, primeiramente, conhecer essa região, por isso, iniciaremos tratando do seu surgimento e características.

A Região Metropolitana de Manaus, como menciona (AMAZONAS, 2015) foi criada em 30 de maio de 2007 pela Lei Complementar nº 52/2007 e modificada no dia 27 de janeiro de 2008 pela Lei Complementar nº 59 que incluiu o município de Manacapuru, que engloba Manaus e mais 7 (sete) municípios do Estado do Amazonas: Manaus, Careiro da Várzea, Iranduba, Itacoatiara, Manacapuru, Novo Airão, Presidente Figueiredo e Rio Preto da Eva e possui uma área de 101.475 km². A Região Metropolitana de Manaus – RMM, que conta em 2016 com 2.446.629 habitantes (conforme estimativa populacional do IBGE de 01 de julho de 2016, publicado no D.O.U em agosto de 2016). Em 2009 através do Projeto de Lei Complementar 64/2009, a Região Metropolitana de Manaus é ampliada para os municípios de Manaquiri, Autazes, Careiro Castanho, Silves e Itapiranga, contemplando 13 municípios, de acordo com informações da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas.

Como relatado acima e pelo autor Santos (2015) vê-se que a criação da Região Metropolitana de Manaus - RMM deu-se de forma recente. Já inserida no período de criação de regiões metropolitanas do pós-Constituição de 1988 e com uma realidade metropolitana que, até o momento, encontra-se limitada à área do próprio Município de Manaus, com pouca articulação com municípios vizinhos. A institucionalização da região metropolitana de Manaus se deu por motivações explicitamente político-administrativas. Nogueira (2010; 2011, p. 191) apud Santos, (2015, p. 11) relata da seguinte forma o processo de criação da RMM:

Lideranças do governo do Estado afirmaram que tal propósito surgiu com uma solicitação de recursos federais, quando em visita a Brasília, o então governador Eduardo Braga obteve como resposta, no gabinete da Casa Civil do governo federal, que só havia recursos prioritários para as regiões metropolitanas e que Manaus não se enquadrava nesse critério. A alternativa, então foi fazer esse território, operação de recorte territorial e institucionalizando dentro das normas da legislação estadual, o espaço o normativo.

Assim nasceu a Região Metropolitana de Manaus - RMM. Isso é bastante

significativo, posto que a realidade metropolitana de Manaus, de acordo com Santos (2015) é bastante diversa do aspecto mais comum da metropolização brasileira. A concentração econômica e demográfica de Manaus, possibilitada pela Zona Franca e pelo Polo Industrial configuraram uma metrópole que, até o presente momento, limita-se ao próprio Município de Manaus.

Para Sousa (2013), a RMM é resultante mais de uma vontade política do que de um processo espacial. Diferencia-se fisicamente das regiões metropolitanas em seu conceito clássico, por exemplo, porque não há conurbação de seus espaços urbanos, no entanto, não foge à regra de ter uma cidade polarizada e de seus municípios manterem ligações econômicas, evidentemente não ao mesmo nível de integração de outras regiões metropolitanas brasileiras, seja por suas características físico-territoriais, seja pela falta de conexão rodoviária entre os municípios ou ainda pelo seu processo de instituição, seu processo de formação.

Vulnerabilidade Social - Conceito e Definição

Examinar a realidade da RMM através da “vulnerabilidade social” permite uma maior compreensão das situações de precariedade vivenciada por seus habitantes, para além de determinações econômicas. Mesmo que os riscos recaiam mais facilmente sobre a camada da população mais desprovida de reservas econômicas, essa não é unicamente dimensão determinante. Assim, é essencial demarcar o conceito, até o momento um pouco vago, de vulnerabilidade social.

Mas o que caracteriza a Vulnerabilidade Social? é na definição apresentada por Moya (2010) que podem ser encontrados três de seus principais elementos caracterizadores: a exposição de um indivíduo ou grupo a determinados riscos, a capacidade desse em enfrentá-los, assim como a potencialidade desses riscos em trazer sérias consequências aos afetados.

Ainda para Moya (2001), outras duas definições nos permitem aprimorar tal entendimento, a Vulnerabilidade Social estaria relacionada à debilidade ou a força dos ativos que indivíduos, famílias, ou domicílios dispõem para enfrentar os riscos existentes no entorno que implicam perda de bem-estar.

Na mesma linha de pensamento Katzman (2000) apud Moya (2010), considera a vulnerabilidade como a incapacidade de uma pessoa ou domicílio em se aproveitar da estrutura de oportunidades disponíveis na sociedade, a fim de melhorar seu bem-estar ou impedir que ele se deteriore.

A condição de vulnerabilidade à qual nos referimos no presente trabalho se constitui na fragilidade dos vínculos sociais, a defasagem e má qualidade dos serviços públicos ofertados no recorte da Região Metropolitana de Manaus – RMM, objeto deste estudo.

Índice de Desenvolvimento Humano – IDH e Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM

Antes de falar sobre as ferramentas usadas para dimensionar a vulnerabilidade em si, falaremos, a seguir, sobre um índice que foi por muito tempo utilizado para medir a qualidade de vida da população, que é o IDH. Este índice muito contribuirá para verificar a situação da vulnerabilidade da RMM, uma vez que indica justamente a situação contrária ao IVS, complementando-o.

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é um dado utilizado pela Organização das Nações Unidas (ONU) para analisar a qualidade de vida de uma determinada população. Os critérios utilizados para calcular o IDH são: grau de escolaridade: média de anos de estudo da população adulta e expectativa de vida escolar, ou tempo que uma criança ficará matriculada; Renda: Renda Nacional Bruta (RNB) *per capita*, baseada na paridade de poder de compra dos habitantes; Nível de Saúde: Baseia-se na expectativa de vida da população, reflete as condições de saúde e dos serviços de saneamento ambiental.

Uma variante do IDH é o IDH municipal que retrata o desenvolvimento humano de uma unidade federativa, município, região metropolitana ou Unidade de Desenvolvimento Humano - UDH, compreendendo quatro variáveis: saúde, a variável é a esperança de vida ao nascer; educação, é a combinação de duas variáveis – média de anos de estudo da população com 25 anos ou mais e anos esperados de escolaridade e renda, a variável é a Renda Nacional Bruta *per capita*, além disso, é lido de forma igual ao IDH conforme as faixas da figura a seguir.

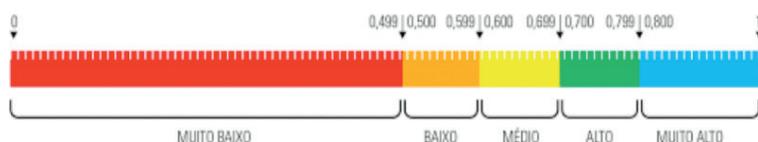


Figura 01 – Faixas do Desenvolvimento Humano Municipal

Fonte: ONU (2010)

Agora, falaremos sobre duas ferramentas essenciais para verificar e analisar a situação da vulnerabilidade no recorte metropolitano de Manaus: O Índice de Vulnerabilidade Social – IVS e o Atlas da Vulnerabilidade Social – AVS:

Índice de Vulnerabilidade Social (IVS) e Atlas da Vulnerabilidade Social (AVS)

Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, o Índice de Vulnerabilidade Social - IVS foi construído com base em indicadores que revelam fragilidades sociais a partir de fatores como contextos de trabalho e renda, educação e saúde, condições de transporte, habitação e saneamento dos municípios e das regiões metropolitanas brasileiras, nesta análise utilizaremos os dados referente ao recorte de tempo de 2000 e 2010.

Tanto o Índice de Vulnerabilidade Social - IVS como o Atlas da Vulnerabilidade Social - AVS dos municípios e regiões metropolitanas brasileiras surgiram de um esforço de seleção, desenvolvimento e georreferenciamento de indicadores que pudessem revelar as condições de vulnerabilidade social nas diversas escalas do território brasileiro. Tais condições podem estar presentes a partir de diversos fatores envolvidos na temática social, como os contextos de trabalho e renda, educação e saúde, condições de transporte, habitação e saneamento.

O processo de construção do índice de vulnerabilidade social (IVS), um índice sintético alternativo ao índice de desenvolvimento humano municipal (IDHM) que procura revelar ou mostrar condições de vulnerabilidade social em diferentes recortes territoriais do Brasil. O IVS é um índice sintético que agrega um conjunto de variáveis quantitativas retiradas dos questionários da amostra dos censos demográficos decenais do IBGE, as quais postula-se aqui serem determinantes de situações de vulnerabilidade social.



Figura 02 – Faixas do Índice de Vulnerabilidade Social

Fonte: AVS, IPEA (2015)

A Figura 2 mostra como ler e classificar o IVS. Entre 0 a 0,200, a situação do IVS é classificada como MUITO BAIXA, de 0 a 0,300, a situação é BAIXA, de 0,300 a 0,400 a situação é classificada como MÉDIA, ente 0,400 a 0,500 a situação é de ALTA vulnerabilidade, e por último, a partir 0,500 a situação de vulnerabilidade é MUITO ALTA.

Cada indicador teve seu valor normalizado numa escala que varia entre 0

e 1, em que 0 corresponde à situação ideal, ou desejável, e 1 corresponde à pior situação.

Agora que já sabemos fazer a leitura e classificar o IVS, veremos quais dimensões e indicadores constituem esse índice, além de entender sobre o que se trata cada um deles. De acordo com informações disponibilizadas pelo IPEA (2015).

Dimensões do Índice de Vulnerabilidade Social - IVS

De acordo com o IPEA (2015), o IVS é, portanto, resultado da seleção de 16 indicadores selecionados da Plataforma do ADH e foram organizados em três dimensões da vulnerabilidade social, a saber:

I – a Infraestrutura Urbana do território em tela (seja ele um município, uma região, um estado ou uma Unidade de Desenvolvimento Humano);

II – o Capital Humano dos domicílios deste território; e

III – a Renda e Trabalho, o acesso ao trabalho e a forma de inserção (formal ou não) dos residentes nestes domicílios. Cada uma dessas dimensões reúne, por sua vez, um conjunto de variáveis obtidas nas bases dos Censos Demográficos do IBGE, que refletem diferentes aspectos das condições de vida.

IVS Infraestrutura Urbana

Ainda para o IPEA (2015), a dimensão que contempla a vulnerabilidade da Infraestrutura Urbana procura refletir as condições de acesso a serviços de saneamento básico e de mobilidade urbana, por serem dois aspectos relacionados ao lugar de domicílio das pessoas que impactam significativamente sua qualidade de vida.

Considerando as possibilidades e limites das informações coletadas pelos Censos Demográficos, foram escolhidos, para compor essa dimensão, indicadores sobre a presença de redes de abastecimento de água, de serviços de esgotamento sanitário e coleta de lixo no território; bem como o indicador do tempo gasto no deslocamento entre a moradia e o local de trabalho, pela população ocupada de baixa renda, do território em tela.

IVS Capital Humano

Segundo o IPEA (2015), a dimensão Capital Humano envolve dois tipos de ativos que determinam as perspectivas de futuro dos indivíduos: suas condições de saúde e seu acesso à educação.

Neste sentido, foram selecionadas para essa dimensão variáveis que refletem

não só a presença atual destes ativos nos domicílios, mas também as possibilidades de sua ampliação pelas gerações mais jovens.

IVS Renda e Trabalho

Para o IPEA (2015), a dimensão Renda e Trabalho agrupa não só indicadores relativos à insuficiência de renda das famílias, no momento da coleta dos dados (percentual de famílias com renda domiciliar per capita de até R\$ 255,00 mensais, em agosto de 2010) como incorpora outros fatores que, associados ao fluxo de renda insuficiente, configuram um estado de insegurança de renda das famílias: a desocupação de adultos, a ocupação informal de adultos pouco escolarizados, a dependência da família com relação à renda de pessoas idosas, assim como a presença de trabalho infantil.

Passaremos agora a analisar a Taxa de Prosperidade Social, também definida pelo IPEA no documento intitulado Atlas da Vulnerabilidade Social – AVS, vejamos:

Taxa de Prosperidade Social

Segundo o Atlas da Vulnerabilidade Social – AVS do IPEA (2015), o desenvolvimento humano, conceito expresso no IDHM, corresponde ao processo de ampliação de liberdades das pessoas no que tange às suas capacidades e às oportunidades com as quais elas se deparam na sociedade e que lhes permitem, em maior ou menor medida, alcançar a vida que desejam.

De forma complementar ao que o IDHM retrata, o IVS dá destaque a um amplo conjunto de indicadores de situações que traduzem e refletem condições menos favoráveis de inserção social, refletindo a trajetória social das pessoas, de suas famílias e de seu meio social, seja em termos do capital humano, seja em termos de sua inserção no mundo do trabalho e da produção, ou em termos de suas condições de moradia e da infraestrutura urbana.

Assim, a análise integrada do desenvolvimento humano com a vulnerabilidade social oferece o que se denomina aqui de prosperidade social:

A prosperidade social é a ocorrência simultânea do alto desenvolvimento humano com a baixa vulnerabilidade social, sugerindo que, nas porções do território onde ela se verifica, ocorre uma trajetória de desenvolvimento humano menos vulnerável e socialmente mais próspera. (AVS, 2015, p.34)

A Prosperidade Social, nesse sentido, reflete uma situação em que o desenvolvimento humano se assenta em bases sociais mais robustas, onde o capital familiar e escolar, as condições de inserção no mundo do trabalho e as condições

de moradia e de acesso à infraestrutura urbana da população são tais que há uma perspectiva de prosperidade não apenas econômica, mas das condições de vida no meio social.

ASPECTOS METODOLÓGICOS

Quanto aos procedimentos metodológicos deste trabalho tem-se uma abordagem qualitativa por ser uma forma adequada para entender a natureza dos acontecimentos e a importância dos indicadores do IDH e do IVS para avaliar a vulnerabilidade social da população residente na RMM.

Quanto aos meios, esta pesquisa é classificada como bibliográfica e documental, oriunda de dados secundário, uma vez que foi desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos e dados secundários (observação e análise) disponibilizados pela ONU acerca do IDH e pelo IPEA acerca do IVS.

A bibliografia referente a Região Metropolitana de Manaus é baseado no artigo “A ponte do Rio Negro e a Região Metropolitana de Manaus: adequações no espaço urbano-regional à reprodução do capital” do autor Isaque dos Santos Sousa e “Metrópole e Região na Amazônia: trajetórias do planejamento e da gestão metropolitana em Belém, Manaus e São Luís” de Tiago Veloso dos Santos. Sobre a bibliografia, para tratar sobre o tema Vulnerabilidade foi usado o artigo “Trajetórias e Transições da questão social no Brasil urbano” da Maria Encarnación Moya, a qual cita autores como Robert Chambers, Gustavo Busso e Ruben Katzman.

A respeito da pesquisa documental, para tratar do IDH foi utilizado-se o Atlas de Desenvolvimento Humano, disponibilizado pela ONU, que engloba o Atlas do Desenvolvimento Humano nos Municípios e o Atlas do Desenvolvimento Humano nas Regiões Metropolitanas. A plataforma do Atlas da Vulnerabilidade Social, criado pelo IPEA, possibilitou a consulta, em diversos formatos de dados, sobre a temática da vulnerabilidade social.

Quanto aos fins, a presente pesquisa caracteriza-se como exploratória e descritiva. Exploratória pois buscou-se obter maiores informações sobre o assunto e descritiva por analisar as características da RMM, bem como a situação do IVS e seu comportamento ao longo dos anos. Tudo isso para identificar as fragilidades dessa região metropolitana que refletem em uma condição de vulnerabilidade vivida por parte da população.

Neste trabalho, como instrumento de coleta, utilizou-se do método de observação, que constitui uma técnica que faz uso dos sentidos para determinados aspectos da realidade. Através dos dados, índices e plataformas disponibilizadas pela ONU e IPEA, foi possível observar qual é a real situação da RMM, no que se

refere ao tema da vulnerabilidade. Após a organização dos dados e a sua análise a partir da leitura dos indicadores com a possibilidade de mapeamento dos índices e de seus componentes e sua distribuição espacial, para cada indicador em sua dimensão, observamos se houve avanço/ ou melhoria ou uma regressão/ ou piora destes e relação à região estudada.

ANÁLISE DE DADOS E RESULTADOS

Passaremos, a partir deste momento, a analisar os resultados da pesquisa, levando-se em consideração os objetivos ora propostos. No primeiro momento, é necessário apresentar a situação do IDHM da RMM, considerando que, por um período, o desenvolvimento dos municípios e das regiões foi mensurado pelo Índice de Desenvolvimento Humano – IDH que constitui um indicador implementado pela ONU que abrange três dimensões (educação, saúde e renda).

Situação do IDHM da Região Metropolitana de Manaus - RMM

O Quadro 01, mostra o crescimento populacional, o PIB e a densidade demográfica RMM nos anos de 2000 e 2010, além de mostrar a evolução do IDHM, bem como os seus indicadores de Educação, Longevidade e Renda.

RMM em 2000		RMM em 2010	
População	1.645.832 (58,5% do total estadual)	População	2.106.322 (60,5% do total estadual)
PIB	R\$ 14,5 bilhões (76,8% do total estadual)	PIB	R\$ 51,3 bilhões (85,1% do total estadual)
Densidade demográfica	16,22 hab/km ²	Densidade demográfica	20,76 hab/km ²
IDHM	(baixo) 0,585	IDHM	(alto) 0,720
IDHM Educação	0,414	IDHM Educação	0,636
IDHM Longevidade	0,730	IDHM Longevidade	0,812
IDHM Renda	0,661	IDHM Renda	0,724

Quadro 01: IDHM da RMM em 2000/2010

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano, (2014), p. 58 e 59.

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) da RMM era 0,585 no ano de 2000 e estava situado na faixa de BAIXO Desenvolvimento Humano. Em 2010, o

mesmo índice, passou para 0,720, o que situa essa Região Metropolitana (RM) na faixa de Desenvolvimento Humano ALTO (IDHM entre 0,700 e 0,799). A dimensão que mais contribui para o IDHM da RM é Longevidade, com índice de 0,812, seguida de Renda, com índice de 0,724, e de Educação, com índice de 0,636.

Além dos dados referentes ao IDHM, ressalta-se a população aumentou, em 2010, 27% em relação ao anos de 2000. No que se refere ao PIB da RMM, em 2000, já correspondia uma parcela bem grande do total estadual (76,8%) aumentando ainda mais em 2010 (85,1%).

O Quadro 02 mostra os indicadores do IDHM da RMM e a participação de cada um dos seus pesos para compor o índice dos anos de 2000 e 2010.

IDHM e componentes	2000	2010
IDHM Educação	0,414	0,636
% de 18 anos ou mais com fundamental completo	48,16	64,69
% de 5 a 6 anos na escola	59,25	83,92
% de 11 a 13 anos nos anos finais do fundamental REGULAR SERIADO ou com fundamental completo	46,33	82,30
% de 15 a 17 anos com fundamental completo	29,22	49,38
% de 18 a 20 anos com médio completo	18,62	36,40
IDHM Longevidade	0,730	0,812
Esperança de vida ao nascer	68,77	73,70
IDHM Renda	0,661	0,724
Renda per capita	487,67	725,17

Quadro 02 - IDHM e seus componentes - RMM

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano (2014)

A esperança de vida ao nascer é o indicador utilizado para compor a dimensão Longevidade do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM). Na RMM, a esperança de vida ao nascer cresceu 4,9 anos na última década, passando de 68,8 anos, em 2000, para 73,7 anos, em 2010. No Brasil, a esperança de vida é de 73,9 anos, em 2010, de 68,6 anos, em 2010, de acordo com o Atlas de Desenvolvimento (2014).

De modo a complementar o que é retratado pelo IDHM, o IPEA apresentou o IVS. Planejado como um instrumento capaz de dimensionar, justamente, o oposto do IDHM, que são as situações de exclusão, vulnerabilidade e pobreza multidimensional nos municípios brasileiros. Ressalva-se que o IVS é composto por um número maior e mais diversificado de indicadores, conforme serão apresentados nos quadros a seguir de acordo com sua respectiva dimensão.

Indicador	Descrição	Peso
a) Proporção de pessoas com renda domiciliar <i>per capita</i> igual ou inferior a meio salário mínimo (2010).	Proporção dos indivíduos com renda domiciliar per capita igual ou inferior a R\$ 255,00 mensais (em reais de agosto de 2010), equivalente a meio salário mínimo nessa data. O universo de indivíduos é limitado àqueles que vivem em domicílios particulares permanentes.	0,200
b) Taxa de desocupação da população de 18 anos ou mais de idade	Percentual da população economicamente ativa (PEA) nessa faixa etária que estava desocupada, ou seja, que não estava ocupada na semana anterior à data do censo, mas havia procurado trabalho ao longo do mês anterior à data dessa pesquisa.	0,200
c) Percentual de pessoas de 18 anos ou mais sem ensino fundamental completo e em ocupação informal	Razão entre as pessoas de 18 anos ou mais sem ensino fundamental completo, em ocupação informal, e a população total nesta faixa etária, multiplicada por 100. Ocupação informal implica que trabalham, mas não são: empregados com carteira de trabalho assinada, militares do exército, da marinha, da aeronáutica, da polícia militar ou do corpo de bombeiros, empregados pelo regime jurídico dos funcionários públicos ou empregadores e trabalhadores por conta própria com contribuição a instituto de previdência oficial.	0,200
d) Percentual de pessoas em domicílios com renda per capita inferior a meio salário mínimo (de 2010) e dependentes de idosos	Razão entre as pessoas que vivem em domicílios com renda per capita inferior a meio salário mínimo, de agosto de 2010, e nos quais a renda de moradores com 65 anos ou mais de idade (idosos) corresponde a mais da metade do total da renda domiciliar, e a população total residente em domicílios particulares permanentes (multiplicada por 100).	0,200
e) Taxa de atividade das pessoas de 10 a 14 anos de idade	Razão das pessoas de 10 a 14 anos de idade que eram economicamente ativas, ou seja, que estavam ocupadas ou desocupadas na semana de referência do censo entre o total de pessoas nesta faixa etária (multiplicada por 100). Considera-se desocupada a pessoa que, não estando ocupada na semana de referência, havia procurado trabalho no mês anterior a essa pesquisa.	0,200

Quadro 03 - Descrição e Peso dos Indicadores – Sub - índice IVS Renda e Trabalho

Fonte: Atlas da Vulnerabilidade Social /IPEA (2015, p.16).

Analisando os indicadores que compõe a dimensão Renda e Trabalho no Quadro 3, é possível notar que há o agrupamento não só indicadores relativos à insuficiência de renda das famílias, como de outros fatores que, associados ao fluxo de renda insuficiente, configuram um estado de insegurança de renda das famílias: a desocupação de adultos, a ocupação informal de adultos pouco escolarizados, a dependência da família com relação à renda de pessoas idosas, assim como a presença de trabalho infantil. Por ser uma dimensão que reúne dados relativos a Renda e Trabalho, o IVS ela é capaz de refletir se há, ou não, expectativas de melhora das famílias carentes de renda.

Indicador	Descrição	Peso
a) Percentual de pessoas em domicílios com abastecimento de água e esgotamento sanitário inadequados.	Razão entre o número de pessoas que vivem em domicílios cujo abastecimento de água não provém de rede geral e cujo esgotamento sanitário não é realizado por rede coletora de esgoto ou fossa séptica, e a população total residente em domicílios particulares permanentes, multiplicada por 100. São considerados apenas os domicílios particulares permanentes.	0,300
b) Percentual da população que vive em domicílios urbanos sem serviço de coleta de lixo.	Razão entre a população que vive em domicílios sem coleta de lixo e a população total residente em domicílios particulares permanentes, multiplicada por 100. Estão incluídas as situações em que a coleta de lixo é realizada diretamente por empresa pública ou privada, ou o lixo é depositado em caçamba, tanque ou depósito fora do domicílio, para posterior coleta pela prestadora do serviço. São considerados apenas os domicílios particulares permanentes, localizados em área urbana.	0,300
c) Percentual de pessoas que vivem em domicílios com renda per capita inferior a meio salário mínimo e que gastam mais de uma hora até o trabalho no total de pessoas ocupadas, vulneráveis e que retornam diariamente do trabalho.	Razão entre o número de pessoas ocupadas, de 10 anos ou mais de idade, que vivem em domicílios com renda per capita inferior a meio salário mínimo, de agosto de 2010, e que gastam mais de uma hora em deslocamento até o local de trabalho, e o total de pessoas ocupadas nessa faixa etária que vivem em domicílios com renda per capita inferior a meio salário mínimo, de agosto de 2010, e que retornam diariamente do trabalho, multiplicado por 100.	0,400

Quadro 04 - Descrição e Peso dos Indicadores – Sub-índice IVS Infraestrutura Urbana

Fonte: Atlas da Vulnerabilidade Social /IPEA (2015 p.14).

O Quadro 4 descreve os indicadores relativos à dimensão Infraestrutura urbana, a qual procura refletir as condições de acesso a serviços de saneamento básico e de mobilidade urbana, por serem dois aspectos relacionados ao lugar de domicílio das pessoas que impactam significativamente sua qualidade de vida. No que diz respeito a RMM, as especificidades regionais muito influenciam essa dimensão, considerando a distância entre os lugares, a dispersão dos aglomerados urbanos, a densa floresta e o elevado índice pluviométrico.

Indicador	Descrição	Peso
a) Mortalidade até um ano de idade	Número de crianças que não deverão sobreviver ao primeiro ano de vida, em cada mil crianças nascidas vivas.	0,125
b) Percentual de crianças de 0 a 5 anos que não frequentam a escola	Razão entre o número de crianças de 0 a 5 anos de idade que não frequentam creche ou escola e o total de crianças nesta faixa etária (multiplicada por 100).	0,125
c) Percentual de pessoas de 6 a 14 anos que não frequentam a escola	Razão entre o número de pessoas de 6 a 14 anos que não frequentam a escola e o total de pessoas nesta faixa etária (multiplicada por 100).	0,125
d) Percentual de mulheres de 10 a 17 anos de idade que tiveram filhos	Razão entre o número de mulheres de 10 a 17 anos de idade que tiveram filhos e o total de mulheres nesta faixa etária (multiplicada por 100).	0,125
e) Percentual de mães chefes de família, sem fundamental completo e com pelo menos um filho menor de 15 anos de idade, no total de mães chefes de família	Razão entre o número de mulheres que são responsáveis pelo domicílio que não têm o ensino fundamental completo e têm pelo menos um filho de idade inferior a 15 anos morando no domicílio e o número total de mulheres chefes de família (multiplicada por 100). São considerados apenas os domicílios particulares permanentes.	0,125
f) Taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais de idade	Razão entre a população de 15 anos ou mais de idade que não sabe ler nem escrever um bilhete simples e o total de pessoas nesta faixa etária (multiplicada por 100).	0,125
g) Percentual de crianças que vivem em domicílios em que nenhum dos moradores tem o ensino fundamental completo	Razão entre o número de crianças de até 14 anos que vivem em domicílios em que nenhum dos moradores tem o ensino fundamental completo e a população total nesta faixa etária residente em domicílios particulares permanentes (multiplicada por 100).	0,125
h) Percentual de pessoas de 15 a 24 anos que não estudam, não trabalham e possuem renda domiciliar per capita igual ou inferior a meio salário mínimo (2010), na população total dessa faixa etária.	Razão entre as pessoas de 15 a 24 anos que não estudam, não trabalham e com renda per capita inferior a meio salário mínimo, de agosto de 2010, e a população total nesta faixa etária (multiplicada por 100). São considerados apenas os domicílios particulares permanentes.	0,125

Quadro 05 - Descrição e Peso dos Indicadores – Sub- índice IVS Capital Humano

Fonte: Atlas da Vulnerabilidade Social /IPEA (2015 p.15).

A dimensão Capital Humano, como é apresentado no Quadro 05, envolve dois tipos de ativos que determinam as perspectivas de futuro dos indivíduos: suas condições de saúde e seu acesso à educação. Neste sentido, foram selecionadas para essa dimensão variáveis que refletem não só a presença atual destes ativos

nos domicílios, mas também as possibilidades de sua ampliação pelas gerações mais jovens.

Indicador	RMM 2000	RMM 2010	PESO
IVS Renda e Trabalho	0,495	0,337	
a) Proporção de pessoas com renda domiciliar per capita igual ou inferior a meio salário mínimo (2010).	55,91	37,41	0,200
b) Taxa de desocupação da população de 18 anos ou mais de idade	21,72	10,47	0,200
c) Percentual de pessoas de 18 anos ou mais sem ensino fundamental completo e em ocupação informal	44,38	28,69	0,200
d) Percentual de pessoas em domicílios com renda per capita inferior a meio salário mínimo (de 2010) e dependentes de idoso	2,61	1,90	0,200
e) Taxa de atividade das pessoas de 10 a 14 anos de idade	5,49	7,03	0,200

Quadro 06 – Descrição e Peso dos Indicadores – Sub - índice IVS Renda e Trabalho da RMM em 2000/2010

Fonte: Atlas da Vulnerabilidade Social /IPEA (2015 p.15).

Em 2000, o IVS Renda e Trabalho da RMM encontrava-se na classificação de ALTA (0,495) vulnerabilidade, evoluindo para MÉDIA (0,337), em 2010. Todos os outros indicadores desse sub -índice melhoraram, com exceção da letra e (Taxa de atividade das pessoas de 10 a 14 anos de idade), o qual teve um aumento de 5,49 para 7,03, como podemos observar no Quadro 06.

Situação do IVS da Região Metropolitana de Manaus - RMM

A partir disso, iremos ao primeiro e principal objetivo deste estudo, que é analisar a vulnerabilidade da população residente na RMM, levantando os principais indicadores que compõem o IVS da RMM nas 3 dimensões (Infraestrutura Urbana, Capital Humano, Renda e Trabalho). A leitura dos índices é realizada de acordo com a Faixa de Vulnerabilidade Social.

Indicador	RMM 2000	RMM 2010	PESO
IVS Infraestrutura Urbana	0,579	0,484	
a) Percentual de pessoas em domicílios com abastecimento de água e esgotamento sanitário inadequados.	16,86	9,71	0,300
b) Percentual da população que vive em domicílios urbanos sem serviço de coleta de lixo.	9,03	2,00	0,300
c) Percentual de pessoas que vivem em domicílios com renda per capita inferior a meio salário mínimo e que gastam mais de uma hora até o trabalho no total de pessoas ocupadas, vulneráveis e que retornam diariamente do trabalho.	19,81	19,81	0,400

Quadro 07– Descrição e Peso dos Indicadores – Sub-índice IVS Infraestrutura Urbana da RMM em 2000/2010

Fonte: Atlas da Vulnerabilidade Social /IPEA (2015 p.15).

No referente ao sub-índice Infraestrutura Urbana, nota-se que a RMM antes apresentava um índice MUITO ALTO de vulnerabilidade em 2000 (0,579) e passou para ALTA vulnerabilidade social em 2010 (0,484), com significativa melhora no percentual da população que vive em domicílios urbanos sem serviço de coleta de lixo e no percentual de pessoas em domicílios com abastecimento de água e esgotamento sanitário inadequados.

Indicador	RMM 2000	RMM 2010	PESO
IVS Capital Humano	0,604	0,423	
a) Mortalidade até um ano de idade	34,20	17,39	0,125
b) Percentual de crianças de 0 a 5 anos que não frequentam a escola	82,95	67,34	0,125
c) Percentual de pessoas de 6 a 14 anos que não frequentam a escola	11,31	6,09	0,125
d) Percentual de mulheres de 10 a 17 anos de idade que tiveram filhos	5,48	4,67	0,125
e) Percentual de mães chefes de família, sem fundamental completo e com pelo menos um filho menor de 15 anos de idade, no total de mães chefes de família	24,14	22,13	0,125
f) Taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais de idade	7,65	4,91	0,125
g) Percentual de crianças que vivem em domicílios em que nenhum dos moradores tem o ensino fundamental completo	40,03	22,12	0,125
h) Percentual de pessoas de 15 a 24 anos que não estudam, não trabalham e possuem renda domiciliar per capita igual ou inferior a meio salário mínimo (2010), na população total dessa faixa etária.	18,98	12,52	0,125

Quadro 08 - Descrição e Peso dos Indicadores – Sub- índice IVS Capital Humano da RMM em 2000 e 2010

Fonte: Atlas da Vulnerabilidade Social /IPEA (2015 p.15).

É possível notar significativa melhora no IVS Capital Humano da RMM. Em 2000, havia uma vulnerabilidade Muito Alta (0,604), já em 2010, passou para um índice de Alta vulnerabilidade (0,423), reduzindo em quase 50% os índices de mortalidade infantil.

Indicador	RMM 2000	RMM 2010	PESO
IVS Renda e Trabalho	0,495	0,337	
a) Proporção de pessoas com renda domiciliar per capita igual ou inferior a meio salário mínimo (2010).	55,91	37,41	0,200
b) Taxa de desocupação da população de 18 anos ou mais de idade	21,72	10,47	0,200
c) Percentual de pessoas de 18 anos ou mais sem ensino fundamental completo e em ocupação informal	44,38	28,69	0,200
d) Percentual de pessoas em domicílios com renda per capita inferior a meio salário mínimo (de 2010) e dependentes de idoso	2,61	1,90	0,200
e) Taxa de atividade das pessoas de 10 a 14 anos de idade	5,49	7,03	0,200

Quadro 09 - Descrição e Peso dos Indicadores – Sub- índice IVS Renda e Trabalho da RMM em 2000/2010

Fonte: Atlas da Vulnerabilidade Social /IPEA (2015 p.15).

Fazendo uma análise do Quadro 09, podemos ver que, em 2000, a situação do IVS Renda e Trabalho da RMM era ALTA (0,495), evoluindo para MÉDIA (0,337), em 2010, em termos de porcentagem, essa diminuição representou 32% dentro do período de uma década.

A diminuição da vulnerabilidade nessa dimensão expressa que a população residente na RMM está conseguindo alcançar maiores níveis de renda, em 2000, a proporção de pessoas com renda igual ou inferior a meio salário era 55,91, ou seja, bastante alta, e passou para 37,41, em 2010. Apesar da redução, para uma região como a RMM esse número ainda é considerado significativo, visto que a proporção de pessoas que vive com renda domiciliar per capita igual ou inferior a meio salário mínimo ainda representa mais de um quarto da população.

É possível verificar no item b que a taxa de desocupação da população de 18 anos ou mais de idade também reduziu para mais da metade, isso significa que a população está mais ocupada e, considerando a diminuição do percentual de pessoas de 18 anos ou mais sem ensino fundamental completo e em ocupação informal, os residentes da RMM estão mais escolarizados e trabalhando em empregos formais, o que consequentemente afeta positivamente o item d, visto que

os agentes estão mais empregados e menos dependentes, o percentual de pessoas em domicílios com renda per capita inferior a meio salário mínimo e dependentes de idoso também reduz.

Quase todos os indicadores dessa dimensão melhoraram, com exceção da letra e, que é o indicador que se refere a taxa de atividade das pessoas de 10 a 14 anos de idade. Esse indicador teve um aumento de 5,49 para 7,03, isso mostra que o trabalho infantil é uma realidade dentro do contexto metropolitano de Manaus e, ainda, que a situação se ampliou dentro do período de uma década.

No geral, Apesar dos municípios que integram a RMM serem líderes em carência no Brasil, no período de uma década houve uma evolução de 26% no Índice de Vulnerabilidade Social (IVS). Ressaltamos que em 2000 o IVS da RMM era classificado como uma região de MUITO ALTA vulnerabilidade social (0,560). Para o ano de 2010, a evolução foi de 26%, ainda classificada como de ALTA vulnerabilidade (escala de 0,400 a 0,500).

Ano	IVS	IVS Infraestrutura Urbana	IVS Capital Humano	IVS Renda e Trabalho
2000	0,560	0,579	0,604	0,495
2010	0,415	0,484	0,423	0,337

Tabela 01 – Índice de vulnerabilidade Social da RMM e suas dimensões

Fonte: AVS, IPEA (2017)

Se analisarmos o IVS Infraestrutura Urbana a evolução de 2000 para 2010 foi de aproximadamente 16%, ficando na escala como de ALTA vulnerabilidade, pois situa-se entre (0,400 a 0,500). Quando analisamos o IVS Capital Humano, percebemos que o mesmo apresentou uma variação de aproximadamente 30% de grande expressividade para uma região considerada de elevador indicador de demanda reprimida para a formação acadêmica e profissional. Apesar da variação, a classificação desta dimensão encontra-se definido de ALTA vulnerabilidade (escala de 0,400 a 0,500). Quando analisamos a última dimensão do quadro de vulnerabilidade Social da RMM definida como IVS Renda e Trabalho, o indicador de 2000 foi de 0,465 e para 2010 o indicador apresentado foi 0,337 (variação de 32%) observamos que esta é a única que encontra-se na classificação de vulnerabilidade MEDIA (escala entre 0,300 a 0,400).

A seguir, apresentaremos os resultados parciais da taxa de Prosperidade Social da Região Metropolitana de Manaus – RMM.

Taxa de Prosperidade Social da Região Metropolitana de Manaus - RMM

Como já foi visto anteriormente, a análise integrada do desenvolvimento humano com a vulnerabilidade social oferece o que se denomina aqui de Taxa de Prosperidade social.

Região Metropolitana	Ano	Prosperidade Social
Manaus	2000	Muito Baixo
Manaus	2010	Médio

Quadro 10 – Prosperidade Social da RMM 2000/2010

Fonte: AVS, IPEA (2017)

Com base no AVS, a Prosperidade Social na Região Metropolitana de Manaus melhorou em 2000 o nível de Prosperidade Social era MUITO BAIXO evoluindo para MÉDIO no ano de 2010.

RMM	IVS	IDHM
2000	0,560	0,585
2010	0,415	0,720

Tabela 02 – IVS e IDHM 2000/2010, Prosperidade Social na RMM.

Fonte: AVS, IPEA (2017).

Isso se comprova através da análise tanto do IDHM, que aumentou, como do IVS, que diminuiu, configurando um desenvolvimento mais próspero e menos vulnerável na RMM.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo teve o propósito de analisar a vulnerabilidade da população da RMM, levantando os principais indicadores que compõem o IVS e seu comparativo com o IDHM, bem como a Taxa de Prosperidade Social e seu impacto do modelo Zona Franca de Manaus e a contribuição desta para a redução da vulnerabilidade social. Lembrando que a Região Metropolitana de Manaus – RMM apesar de ser uma das mais novas regiões metropolitanas brasileiras apresenta inúmeros desafios dado o contexto regional.

Primeiramente, verificamos o IDHM da RMM nos anos de 2000 e 2010, observou-se um grande aumento populacional e, ainda, um grande aumento do PIB dessa região, a qual é responsável por uma parcela bem grande do total estadual. No geral, tanto o IDHM agregado como em cada uma das suas dimensões apresentaram um aumento ao longo desses dez anos, dado o período analisado que foi de 2000 a 2010.

Depois disso, identificamos a descrição e os pesos dos Indicadores do IVS, além de fazer uma comparação entre o IDH e o IVS, e a partir disso identificou-se que o IVS é um produto mais detalhado que se correlaciona, dialoga e complementa o IDHM, ampliando as possibilidades de análise acerca dos fenômenos que concorrem para a determinação das condições de vida das populações em seus territórios de moradia.

Assim, enquanto o IDHM aponta para a disponibilidade de recursos e condições necessárias para o alcance de um patamar mínimo de bem-estar pelas populações, o IVS, ao contrário, denuncia a ausência ou insuficiência destes recursos e condições, no mesmo território. Ressalta-se que o IVS é composto por um número maior e mais diversificado de variáveis.

E, finalmente, verificamos a situação da Região Metropolitana de Manaus - RMM, no que tange os anos de 2000 e 2010. No geral, nota-se uma melhora tanto no IVS da RMM, bem como em cada uma das suas dimensões. Além disso, identificamos a ocorrência de uma Prosperidade Social, ou seja, um aumento do IDHM e uma diminuição do IVS.

Mas, por que, então, a RMM é a que tem maior vulnerabilidade social das 12 regiões analisadas pelo IPEA e, além do mais, tem municípios líderes em carência no Brasil?

Vimos que a Constituição Federal de 1988 estabeleceu a competência e poder de criar regiões metropolitanas aos estados, dando espaço a possibilidade de distorções, havendo casos de não atendimento aos principais conceitos definidores do que seja Região Metropolitana. Nota-se que esse é o caso da RMM, a qual diferencia-se de “região metropolitana” em seu conceito clássico, considerando, que, não há conurbação de seus espaços urbano e o baixo nível de integração entre os municípios que a compõe. Esses fatores, não só produzem como também contribuem a reprodução e intensificação da vulnerabilidade social, uma vez que dificulta o acesso a serviços básicos que implicam em uma baixa qualidade de vida dessa população, tornando-as mais vulneráveis.

Levando em consideração que a vulnerabilidade se caracteriza através da segregação, seja ela socioeconômica ou territorial, uma das primeiras barreiras a ser superada é essa falta de integração entre os municípios da RMM. Por isso, faz-se necessário promover um plano de mobilidade urbana entre eles, com o

objetivo de melhorar o deslocamento da população e o acesso a serviços básicos, como, redes de abastecimento de água, de serviços de esgotamento sanitário e coleta de lixo no território, diminuindo, dessa forma, a vulnerabilidade em termos de Infraestrutura Urbana.

A educação se mostra um investimento chave para superar a vulnerabilidade, no que se refere, sobretudo, ao Capital Humano e Renda e Trabalho, considerando que um de seus conceitos inclui a incapacidade de uma pessoa ou domicílio em se aproveitar da estrutura de oportunidades disponíveis na sociedade, o acesso à educação impacta diretamente na população vulnerável, pois garante uma melhor qualificação e uma maior competitividade para entrada no mercado de trabalho.

Da mesma forma, investir em saúde é essencial, lembrando que esta é um requisito para o desenvolvimento econômico, pois garante uma maior expectativa e uma melhor qualidade de vida para a população, além de assegurar que o indivíduo esteja saudável para exercer o trabalho e garantir sua renda.

Por fim, é necessário, também, realizar a gestão compartilhada no contexto metropolitano, equilibrando interesses e demandas de toda a ordem, a fim de diminuir as desigualdades entre os municípios fazendo um plano de desenvolvimento urbano integrado que englobe todos eles.

Tudo isso nos leva a pensar, que, apesar da região metropolitana ter superado muitas das suas vulnerabilidades, ainda é necessário fazer ajustes, que apresentem melhora não só nos índices como no cotidiano da população que habita esta região do país.

REFERÊNCIAS

AMAZONAS. Secretaria de Estado de Planejamento, Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Inovação. **Perfil da Região Metropolitana de Manaus**. Amazonas. SEPLAN, 2015. Disponível em < <http://www.seplancti.am.gov.br/wp-content/uploads/2017/02/Perfil-da-Regiao-Metropolitana-da-Manaus.pdf> >. Acesso em 25 fev. 2020

ATLAS DA VULNERABILIDADE SOCIAL. IPEA, 2015. Disponível em: <http://ivs.ipea.gov.br/index.php/pt/>. Acesso em 19 de dezembro de 2019.

ATLAS DA VULNERABILIDADE SOCIAL. IPEA, 2017. Disponível em: <http://ivs.ipea.gov.br/index.php/pt/>. Acesso em 19 de dezembro de 2019.

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. **Atlas do Desenvolvimento Humano nas Regiões Metropolitanas Brasileiras**. Brasília: PNUD, IPEA, FJP, 2014. Disponível em: < <http://www.secid.ma.gov.br/files/2015/04/Atlas-do-Desenvolvimento-Humanonas-Regi%C3%B5es-Metropolitanas.pdf> >. Acesso em 12 nov. 2019.

CHAMBERS, R. Vulnerability, coping and policy. *IDS Bulletin*, v.20, n.2, 1989.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Brasil, Municípios, Amazonas. Disponível em < <https://cidades.ibge.gov.br/> > Acesso em: 22 fev.2020.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA, **Atlas da Vulnerabilidade Social nas Regiões Metropolitanas Brasileiras**. IPEA, 2015. Disponível em: < http://ivs.ipea.gov.br/images/publicacoes/lvs/publicacao_atlas_ivs_rm.pdf >. Acesso em: 12 nov. 2019.

KATZMAN, R. **Vulnerabilidad, activos y exclusión social en Argentina y Uruguay**. Santiago de Chile, OIT- Ford. 1999.

MOYA, María Encarnación. **Trajetórias e transições da questão social no brasil urbano: viver em risco: sobre a vulnerabilidade socioeconômica e civil**. Novos Estudos - CEBRAP, n.86, p.207-217, 2010. Disponível em: < <https://www.scielo.br/pdf/nec/n86/n86a13.pdf>>. Acesso em 19 mar, 2020.

ONU. Faixas do Desenvolvimento Humano. 2010. Disponível em: http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/o_atlas/idhm/. Acesso em 25 de dezembro de 2019.

SANTOS, Tiago Veloso dos. **Metrópole e Região na Amazônia: trajetórias do planejamento e da gestão metropolitana em Belém, Manaus e São Luís**. In: XI ENCONTRO NACIONAL DA ANPEGE, 2015. Pará. Anais do XI- ENANPEGE. Pará: IFPA, 2015. SÃO PAULO (Estado). Secretaria Municipal de Assistência Social. Mapa da Vulnerabilidade Social da População da Cidade de São Paulo. São Paulo, 2004. Disponível em:<http://web.fflch.usp.br/centrodametropole/upload/arquivos/Mapa_da_Vulnerabilidade_social_da_pop_da_cidade_de_Sao_Paulo_2004.pdf>. Acesso em 19 mar, 2020.

SOUSA, Isaque dos Santos. **A ponte Rio Negro e a Região Metropolitana de Manaus: adequações no espaço urbano-regional à reprodução do capital**. São Paulo, 2013. Disponível em<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-12082013-115623/publico/2013_IsaqueDosSantosSousa.pdf> Acesso em: 10 mar. 2020.

RIQUEZA, DESIGUALDADE E POBREZA NO BRASIL:

ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS DAS REGIÕES BRASILEIRAS

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

@atenaeditora 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

RIQUEZA, DESIGUALDADE E POBREZA NO BRASIL:

ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS DAS REGIÕES BRASILEIRAS

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

@atenaeditora 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 